

**CADERNO DE ENCARGOS
163-UCP-2022
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
DE
REABILITAÇÃO URBANA**

HERMÍNIO JOSÉ
DA CRUZ
AUGUSTO
RODRIGUES

Assinado de forma digital
por HERMÍNIO JOSÉ DA
CRUZ AUGUSTO
RODRIGUES
Dados: 2022.09.26 16:16:16
+01'00'

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a –Duração do contrato.....	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	3
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i>	3
Cláusula 3. ^a - Obrigações do prestador de serviços	3
Cláusula 4. ^a - Forma de prestação do serviço	3
Cláusula 5. ^a – Fatura Eletrónica.....	4
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados</i>	4
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	4
Cláusula 7. ^a – Proteção de dados	4
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA	5
Cláusula 8. ^a - Preço contratual.....	5
Cláusula 9. ^a – Preço base.....	5
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	5
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS	6
Cláusula 11. ^a - Garantia de cumprimento contratual	6
CAPÍTULO IV – GESTÃO DO CONTRATO.....	6
Cláusula 12. ^a - Seguros.....	6
CAPÍTULO V – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO	6
Cláusula 13. ^a – Supervisão e controlo	6
CAPÍTULO VI – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	7
Cláusula 14. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	7
CAPÍTULO VII – RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	7
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça	7
Cláusula 16. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços.....	8
Cláusula 17. ^a – Extinção do Contrato	8
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	8
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações	8
Cláusula 19. ^a Contagem dos prazos.....	9
Cláusula 20. ^a - Legislação aplicável	9
ANEXO A - CLÁUSULAS ESPECIAIS.....	10
Cláusula 1. ^a – Enquadramento dos trabalhos.....	10
Cláusula 2. ^a – Objetivos dos PERU.....	10
Cláusula 3. ^a – Local dos trabalhos.....	11
Cláusula 4. ^a – Metodologia dos trabalhos.....	11
Cláusula 5. ^a – Equipa técnica	11
Cláusula 6. ^a – Critérios ambientais.....	11

CADERNO DE ENCARGOS - 163-UCP-2022

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a elaboração de 4 Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU)**, de acordo com as condições definidas no anexo A deste Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a –Duração do contrato

O prazo máximo de execução é de 4 meses após adjudicação, com eficácia após publicitação no Portal Base, sem prejuízo do decurso dos prazos de suspensão para as devidas aprovações.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 3.^a - Obrigações do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 4.^a - Forma de prestação do serviço

Para início da execução dos serviços objeto deste contrato e descritos no Anexo A, deve ser promovida uma reunião prévia com a entidade adjudicante.

Cláusula 5.^a – Fatura Eletrónica

1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).

2 — O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

3 — A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 31 de dezembro de 2022 para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

4 — Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 6.^a - Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcobça, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados** indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré*

– *contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.*

2 — Sempre que os dados pessoais referentes à equipa de trabalho proposta, devam ser acompanhados do consentimento para o tratamento dos dados por parte dos titulares dos mesmos, deve ser apresentada uma declaração dos titulares de dados para este efeito.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a **publicitação do contrato**, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais.

3 — Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.

Cláusula 9.ª – Preço base

1 - O preço base definido para o contrato nos termos do artigo 47.º do CCP é de €19.950,00+IVA.

2 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base unitário e consequentemente total.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1 — A quantia devida pelo Município de Alcobça, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas,

as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respectivas, e devem fazer sempre referência ao n.º de compromisso e processo.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 11.ª - Garantia de cumprimento contratual

1 — Não é exigida a prestação de caução.

2 — O Município pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Capítulo IV – Gestão do contrato

Cláusula 12.ª - Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobça pode exigir prova documental da celebração do contrato de seguro referido no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia após notificação.

Capítulo V – Modificação do contrato

Cláusula 13.ª – Supervisão e controlo

1 — O contraente público designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A, Elisabete Mendes, e nas suas ausências e impedimentos Ana Cláudia Vasconcelos.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 14.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

Capítulo VII – Resolução do contrato

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na realização dos serviços objeto do contrato superior a 5 dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) Prestação do serviço com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 16.^a - Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobaca, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a – Extinção do Contrato

1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pela entidade adjudicatária, nos termos previstos na Parte III do CCP.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 30 dias úteis.

Capítulo VIII - Disposições finais

Cláusula 18.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 – Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

ANEXO A - Cláusulas Especiais

Cláusula 1.^a – Enquadramento dos trabalhos

1 - O Município de Alcobça tem vindo a desenvolver um conjunto de documentos que visam a implementação da estratégia de reabilitação urbana no concelho, um vetor catalisador da valorização urbana e ambiental do território e do seu desenvolvimento sustentável. Estes documentos têm como referência o quadro estratégico previamente definido, para o financiamento comunitário de um conjunto de ações focadas na melhoria do ambiente urbano, na promoção da mobilidade urbana sustentável e na regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas.

2 – Com este contrato pretende-se a formalização das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)- Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Alfeizerão, Évora, Maiorga e Póvoa, através da elaboração dos correspondentes PERU, que visam aprofundar a estratégia municipal de reabilitação urbana que tem vindo a ser implementada pelo Município, estendendo-a a estes territórios, de forma que os mesmos possam beneficiar do quadro de benefícios e apoios à reabilitação urbana e de um programa público de reabilitação urbana que valorize estes territórios e incentive o investimento privado. Pretende-se a delimitação das ARU e à formalização das respetivas ORU Sistemáticas, através da elaboração dos correspondentes PERU. A elaboração destes documentos pressupõe o estudo detalhado dos territórios a intervir, de forma a se definir a estratégia de intervenção a prosseguir para cada um deles, o plano de ação e as condições concretas para a operacionalização das ORU.

Cláusula 2.^a – Objetivos dos PERU

1. Definir uma visão de futuro e uma estratégia própria que permita dotar as ARU de boas condições urbanísticas e ambientais, contribuindo para a sua progressiva valorização e afirmação;
2. Contribuir para a consolidação de uma rede articulada e valorizada de espaços urbanos no Concelho;
3. Valorizar o carácter integrado das intervenções, procurando soluções coerentes que estimulem o desenvolvimento económico e social e a criação de emprego, bem como a melhoria das condições socioeconómicas, habitacionais, urbanísticas e ambientais nas ARU;
4. Estimular o envolvimento direto dos agentes públicos e privados relevantes nas intervenções de reabilitação urbana e uma articulação efetiva de processos e vontades entre estes e a entidade gestora responsável pela coordenação das intervenções;

5. Orientar o estabelecimento de parcerias entre a entidade gestora, as entidades públicas ou privadas e os particulares;
6. Aproveitar as oportunidades de financiamento disponíveis.

Cláusula 3.^a – Local dos trabalhos

O âmbito territorial é o do concelho de Alcobça, em Alfeizerão, Évora, Maiorga e Póvoa.

Cláusula 4.^a – Metodologia dos trabalhos

1. A metodologia a propor deve assentar numa abordagem que explora a dimensão estratégica e operacional dos instrumentos de programação em apreço, enquadramentos das ORU sistemáticas a executar nestes territórios, num horizonte temporal de 10 anos.
2. O desenvolvimento dos trabalhos deverá contemplar um estudo dos territórios a considerar a diferentes escalas, a definição de um quadro estratégico para as operações a executar, tendo presente as prioridades estratégicas do Município nos diferentes domínios que envolvem e se relacionam com esta temática e as oportunidades conferidas pela aplicação do RJRU e outros instrumentos, designadamente ao nível do financiamento.
3. Após a entrega dos Relatórios dos PERU, deverá ser prestado apoio à introdução de eventuais alterações decorrentes do parecer do IHRU e do período de discussão pública previsto no RJRU, sem custos adicionais para o Município de Alcobça.

Cláusula 5.^a – Equipa técnica

1 - A equipa a propor para a realização do trabalho deve ter experiência adequada nas seguintes áreas:

- Arquitetura
- Geografia

2 - A equipa técnica deverá ter um diretor técnico ou coordenador que acompanhará os trabalhos e será responsável pela compilação de toda a informação bem como pela elaboração do relatório final. Esse diretor técnico será o interlocutor do gestor do contrato, representante do município.

Cláusula 6.^a – Critérios ambientais

Os serviços prestados e o fornecimento de bens no âmbito do presente procedimento, devem cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.